



ARTICLE 19

As eleições do Conselho Gestor da Internet no Brasil se aproximam e eu escrevo para pedir que um dos quatro votos de sua organização seja meu.

Meu nome é Laura e trabalho com políticas de internet desde 2007. Comecei no Observatório Nacional de Inclusão Digital - ONID. Minha tarefa era coletar depoimentos - audio e vídeo - sobre as histórias dos telecentros, as atividades desenvolvidas. Ou seja, eu dava uma "dimensão humana" ao mapa de telecentros mantido pelo ONID. Em paralelo, participei como pesquisadora de um estudo de Manuel Castells sobre celulares e inclusão digital. Foi um projeto em parceria com o CDI. Foi uma experiência absolutamente interessante. Na época, em 2007, as tarifas de telefonia celular e internet móvel eram absurdamente caras. A pergunta de pesquisa era: se os jovens na periferia não tem dinheiro para colocar créditos no celular, para que eles têm ou querem ter um celular? Pesquisar isso, associado a um telecentro, deu para ver o quanto não só o acesso a internet, mas a produção multimídia era importante nesses espaços. Na sequência, coordenei a comunicação nacional do Casa Brasil - um projeto experimental de inclusão digital do Governo Federal. Nesse trabalho, eu tomei por base a experiência anterior e sempre procurava indicar nas matérias que escrevia como telecentros eram muito mais que simples espaços de acesso coletivo a internet. Lembro que uma das histórias mais interessantes foi de casamentos comunitários que ocorreu no espaço do Casa Brasil - provando ser esse um espaço fundamental para a sociabilidade nas periferias. Em ambas as experiências, a discussão sobre software livre e dados abertos sempre foram um referencial.

A minha próxima experiência foi trabalhar na ARTIGO 19, uma organização de direitos humanos dedicada à liberdade de expressão. Baseada nas histórias anteriores, como não poderia deixar de ser, a liberdade de expressão online e políticas de internet fizeram parte constante de minha atuação - agora com uma agenda mais ampla que inclusão digital. Pela ARTIGO 19, tenho acompanhado o marco regulatório da Internet no Brasil, incluindo o Marco Civil da Internet, leis de cibercrimes (Azeredo e Dickman), reforma da Lei de direitos autorais e lei de proteção de dados pessoais. Na ARTIGO 19, também comecei a acompanhar a agenda nacional e internacional de governança da internet. Nacionalmente, participei de todos os Fóruns Brasileiro de Internet. No último, inclusive, facilitei duas atividades autogestionárias - uma sobre blogueiros e outra sobre organização das pautas da sociedade civil. Internacionalmente, estive nos últimos três LaClGF e nos dois últimos IGF. No último IGF, inclusive, promovemos uma atividade sobre direitos dos blogueiros. Além disso, já estive em reunião com especialistas internacionais sobre propriedade intelectual, acompanhei o seminário Privacidade na era Digital, promovido pela missão brasileira em Genebra e outros. Recentemente, estou bastante envolvida com o NetMundial. Junto com parceiros, fizemos uma reunião virtual e outra presencial para alinharmos informações e discutirmos propostas. Também com parceiros, estou envolvida na organização de um pre-evento



ARTICLE 19

da sociedade civil internacional e nacional. Entre posicionamentos, documentos-base, análises de leis, relatórios e pesquisas, eu já escrevi, coordenei ou colaborei com mais de sete pequenas publicações da organização sobre internet: Liberdade Digital - análise do contexto brasileiro; Fui processado. O que eu faço? Guia de orientação prática a blogueiros e internautas; Direito ao Compartilhamento: princípios sobre direitos autorais na era digital; análise do marco civil da internet; análise da Lei Azeredo; análise da Lei Carolina Dickman; Jurisprudência brasileira sobre responsabilidade de provedores; Padrões internacionais para a liberdade de expressão online.

Eu me candidatei para ser representante da sociedade civil no CGI.br, por causa do papel central que o CGI passou a ter nos debates de governança da internet tanto nacionalmente como internacionalmente. Acredito que para continuar a defender a liberdade de expressão online é importante estar cada vez mais envolvida com o CGI.br .

É nesse direito fundamental que pretendo basear minha atuação, quando eleita. Sou mulher, relativamente jovem (34 anos), estudei jornalismo, ciências sociais e fiz mestrado em políticas de comunicação. Nasci em São Paulo, mas me naturalizei candanga. Há mais de um ano moro em Brasília-DF e não tenho intenções de voltar para o sudeste. Talvez no futuro eu me naturalize paraibana.

Eu subscrevo a carta-programa anexada e conto com seu voto para lutar pela garantia de uma internet livre e democrática.

Laura Tresca.